



|                                  |                                 |                                       |
|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| <b>Público</b><br><br>19-09-2017 | <b>Periodicidade:</b> Diário    | <b>Temática:</b> Justiça              |
|                                  | <b>Classe:</b> Informação Geral | <b>Dimensão:</b> 1283 cm <sup>2</sup> |
|                                  | <b>Âmbito:</b> Nacional         | <b>Imagem:</b> S/Cor                  |
|                                  | <b>Tiragem:</b> 51453           | <b>Página (s):</b> 1/14               |

**Vistos *gold* pedidos por suspeitos de corrupção**  
Empresários e políticos de Angola e Brasil desembolsaram milhões de euros em propriedades em Lisboa no âmbito do programa dos vistos *gold* **p14**

14 • Público • Terça-feira, 19 de Setembro de 2017

## SOCIEDADE

# Políticos e empresários suspeitos de corrupção pediram vistos gold

Familiares do até aqui vice-presidente de Angola e empresários brasileiros envolvidos na *Lava-jato* desembolsaram milhões em propriedades em Lisboa, segundo lista divulgada pelo *The Guardian* e *Expresso*

**Justiça**  
Manuel Louro  
e Ana Henriques

Vários empresários e políticos angolanos e brasileiros envolvidos em processos e escândalos de corrupção requereram a vistos *gold* através da aquisição de propriedades em Portugal. A informação foi divulgada ontem pelo jornal britânico *The Guardian* e pelo semanário *Expresso*, que teve acesso a uma lista de nomes de pessoas que realizaram pedidos para este tipo de vistos em toda a Europa, incluindo em território nacional.

Familiares do até aqui vice-presidente angolano Manuel Vicente e também Otávio Azevedo, antigo presidente da segunda maior construtora do Brasil, e que foi condenado em 2016 a 18 anos de prisão domiciliária no âmbito da *Operação Lava-jato*, gastaram milhões de euros em imóveis em Portugal para terem acesso aos vistos dourados, que lhes permitem movimentar-se sem restrições no espaço Schengen.

O programa dos vistos permite a quem investir pelo menos 500 mil euros numa propriedade em Portugal adquirir autorização de residência permanente, sendo que, de acordo com a legislação europeia, é possível obter nacionalidade depois de cinco anos a residir no país. Foi alvo de uma investigação em Portugal, a operação *Labirinto*, no âmbito da qual vários altos dirigentes do Estado e o ex-ministro da Administração Interna Miguel Macedo estão a ser julgados por crimes de colarinho branco.

Segundo a documentação descoberta pelo *The Guardian* e pelo *Expresso*, Otávio Azevedo, ex-presidente da construtora Andrade Gutierrez, foi condenado, no ano passado, a 18 anos de prisão domiciliária pelo envolvimento num esquema de corrupção investigado pela *Operação Lava-jato*, comprou, dois anos antes de ser sentenciado, um imóvel em Lisboa no valor de 1,4 milhões de euros. Em 2014 pediu um visto *gold*. Ao jornal britânico, um porta-voz seu explicou que o empresário ainda não foi informado se o pedido foi aceite, tendo garantido que a aquisição do



O ex-presidente da construtora Andrade Gutierrez, Octávio Azevedo, (à esq.) foi condenado na *Lava-Jato*

## Vistos dourados na mira da Comissão Europeia

A Comissão Europeia vai analisar todos os regimes de atribuição de nacionalidade nos Estados-membros por via de programas de promoção de investimento, como é o caso dos vistos *gold*. A eurodeputada Ana Gomes, uma das pessoas que mais críticas tem feito a este sistema, explicou ontem em comunicado que a comissão europeia para a Justiça, Vera Jourova, lhe escreveu a dizer que a análise destes regimes por parte do executivo europeu "se justifica pelo facto de a atribuição da nacionalidade, apesar de ser prerrogativa de cada Estado-membro, implicar a atribuição automática de cidadania europeia e direitos adicionais inerentes".

Em Maio passado, Ana Gomes tinha enviado uma carta à comissão, dando conta do relatório da Inspeção-Geral da Administração Interna sobre o regime português de vistos dourados, a propósito das negociações sobre a revisão da quarta directiva anti-branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

A eurodeputada tem questionado tanto as autoridades europeias como as nacionais sobre os sistemas de atribuição de vistos de residência e/ou nacionalidade através de investimento, alegando que fomentam a corrupção e ameaçam a integridade do sistema financeiro e a segurança

de todos os cidadãos da UE, uma vez que "podem ser usados por cleptocratas corruptos, organizações criminosas e terroristas para encontrarem um refúgio na UE e lavarem proveitos de actividades criminosas". Por essa razão, introduziu uma emenda na directiva que obrigaria autoridades nacionais envolvidas na atribuição de vistos a verificar a idoneidade dos candidatos, assim como a origem dos fundos. "A emenda, que consta do mandato do Parlamento Europeu para as negociações, não foi aceite, até ao momento, pelo Conselho de Estados-membros", lamenta Ana Gomes.



imóvel na capital portuguesa foi realizada de acordo com a lei.

Sérgio Lins Andrade, presidente do conselho de administração e principal accionista da Andrade Gutierrez, pediu também um visto *gold* em 2014 através da compra de um imóvel em Lisboa no valor de 665 mil euros. Foi convocado para prestar declarações pelos investigadores da *Lava-jato*. Um porta-voz do empresário disse que ele não tenciona morar em Portugal.

Na mesma lista aparece também Pedro Novis, antigo presidente e CEO da Odebrecht, construtora que está no centro do alegado esquema de corrupção investigado na mesma operação judicial. Em 2014 comprou um imóvel, em Lisboa por 1,7 milhões. Existem ainda outros dois empresários brasileiros nesta lista. Carlos Pires Oliveira Dias, vice-presidente da construtora Camargo Correa, também envolvida na *Lava-jato*, desembolsou 1,5 milhões no âmbito do programa dos vistos *gold*. O outro é José Mauricio Caldeira, alto quadro da brasileira Asperbras, que adquiriu um apartamento em Lisboa por um milhão. Está envolvido na *Operação Rota do Atlântico*, na qual a sua relação com José Veiga, detido na mesma investigação, está sob suspeita.

Além de Manuel Vicente – que a justiça portuguesa suspeita ter subornado um procurador português para este arquivar uma investigação que visava apurar onde tinha ido buscar o dinheiro para comprar três apartamentos de luxo no Estoril –, a investigação jornalística menciona ainda outros três angolanos. Um deles é Sebastião Gaspar Martins, do conselho de administração da Sonangol, outro é Pedro Sebastião Teta, secretário de Estado das Telecomunicações e Tecnologia de Angola. É dono de parte de uma empresa que recebeu um contrato do Governo para fazer o levantamento dos recursos minerais do seu país, na qual uma sobrinha de José Eduardo dos Santos também terá participação. Da lista faz ainda parte o coronel João Manuel Inglês, assessor do general Kopelipa, um dos chefes militares de Angola.

manuel.louro@publico.pt  
abhenriques@publico.pt